



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



22

*Palestra no encerramento do XII
Congresso da Confederação das
Associações Comerciais do Brasil*

BLUE TREE PARK, BRASÍLIA, DF, 28 DE FEVEREIRO DE 2002

Meu caro Luiz Otávio Gomes, Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil; Senhor Senador Lindberg, que é o Primeiro Vice-Presidente; Meu companheiro, Senador Teotônio Vilela; Doutor Reginaldo Cury, Secretário de Desenvolvimento e da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Meu querido amigo Sérgio Moreira, que preside o Sebrae com tanto empenho e tanta competência; Carlos Magno de Melo, que é o Presidente da Associação Comercial aqui da nossa terra, do Distrito Federal; Senhor Artur Lopes Filho, que é o Presidente da Federaminas; Christiane Hufenüssler, que é a Vice-Presidente da Cooperação das Associações Comerciais; Senhoras e Senhores; Empresários e Empresárias,

Considero muito estimulante o tema que me pediram que abordasse aqui, que seria um tanto inabitual, chamado “Um Brasil de resultados”.

Há poucas semanas, apresentei um balanço, diante do Ministério, do que foi possível fazer nestes sete anos de governo, e até em um pouco mais, desde o tempo da implantação do Plano Real. Agora, tenho a oportunidade de retomar alguns pontos daquele pronunciamento –

não deixarei de responder, também, às demandas que me foram solicitadas aqui –, para ressaltar o quanto foi possível fazer e como é importante que tenhamos a capacidade de manter o rumo da estabilidade, de tal maneira que possamos continuar nas transformações tão necessárias para o nosso país e para o nosso povo. Um país e um povo que precisam ter um roteiro, precisam ter um caminho, ter uma rota.

Estou lendo – li, nessa viagem, cheguei praticamente nessa madrugada da Europa – um livro a respeito do período da guerra e das relações do Roosevelt na Casa Branca. Foi a época mais difícil dos Estados Unidos. Quem imagina que o *New Deal* foi só facilidade se engana. Foi um período muito difícil, que não consegui recuperar, inclusive, a economia americana. Ela só se recuperou depois que os Estados Unidos começaram a fazer um grande esforço de guerra. Mas Roosevelt nunca perdeu o que ele chamava de “a rota”.

E isso é fundamental. Há um momento melhor e um momento pior. Nas conjunturas nacionais, nas internacionais, os humores mudam, mas quem dirige uma organização qualquer, uma pequena empresa, média, grande, ou um país tem que ter uma visão de futuro, tem que ter um caminho traçado, tem que ter uma rota a ser seguida e tem que, com intempérie ou com céu azul, tratar de seguir aquele caminho para aportar da melhor maneira possível.

Quero, por isso mesmo, dizer que, para mim, é muito bem-vindo este congresso, tanto mais que o congresso é meu vizinho e me deu a oportunidade de vir aqui, onde nunca tinha estado, porque a vida dos presidentes da República é sempre muito reclusa. Pelo menos, pude andar algumas dezenas de metros para chegar até aqui e ver mais de perto aquilo que eu vejo sempre de longe.

Pois bem, este diálogo é importante, entre o Governo e o empresariado, e quero reafirmar a minha confiança no Brasil e nas suas perspectivas, que sei que é algo compartilhado pelos brasileiros.

Como disse, acabo de fazer uma visita a alguns países do centro da Europa. Estive na Suécia, na Polônia e na Eslováquia, tudo isso em cinco ou seis dias, nas correrias habituais. Pois bem, lá deu para perceber como a imagem do Brasil, efetivamente, mudou.

Todos nós nos lembramos de que, no início dos anos 90, era disseminada a visão de que o Brasil era um país politicamente instável, sem rumos econômicos e com indicadores sociais medíocres. Assim foi o começo dos anos 90, no Brasil. E os que tiveram, como eu tive, e muitos, aqui, certamente, tiveram, a oportunidade de sair do País, naquele período – com a perspectiva da distância se vêem, talvez, melhor as coisas –, sabem que faltava quem acreditasse em nós.

Pois bem, hoje deixamos de ser um país apenas simpático, que sempre fomos e continuamos sendo, um país que se imaginava que faria alguma coisa no futuro. Nesta última década, o mundo passou a nos ver com outros olhos. Hoje, somos um país, um ator confiável, maduro, capaz de influir nas decisões contemporâneas, na promoção da paz, na regulação do comércio, como ainda agora, na reunião de Doha, em que os nossos ministros tiveram posições firmes e ganharam nas discussões de temas importantes, como a questão das patentes, como a questão da possibilidade de o Governo quebrá-las, se for do interesse da saúde pública.

Somos um país que procura atuar na formação da ordem financeira internacional, que é muito distorcida, que nos é muito negativa. Mas, temos uma presença ativa nos grupos, sobretudo no chamado G-20, que é um grupo que reúne não apenas os sete ou oito países mais ricos do mundo, mas, também, as economias ditas emergentes. E a presença brasileira é muito forte.

Basta dizer que, na última reunião desse grupo, tanto o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, quanto o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, foram os que abriram as discussões. Fizeram o documento fundamental para a discussão dessas questões relativas a como se melhorar a ordem financeira internacional, para que ela seja menos injusta.

Portanto, estamos vendo que há, realmente, hoje, uma percepção de que o País evoluiu e mudou para melhor e, talvez, até mesmo para bem melhor. A base de tudo isso é a governabilidade democrática.

O que permitiu ao Brasil avançar, ou o que permite ao Brasil avançar, é a existência desse clima democrático. Por clima democrático devem se entender muitas coisas. Desde logo, o mais importante seriam as relações normais de eleições, que ocorrem no Brasil com tranquilidade.

Existe um Congresso, e esse Congresso vota com toda a liberdade. E, votando com toda a liberdade, nós introduzimos 31 emendas constitucionais. A nossa Constituição foi escrita, e eu sou co-autor dela e o Senador Teotônio Vilela também. Fui, a certa altura, até relator adjunto da Constituinte. Pois bem, ela foi feita antes da queda do muro de Berlim, quando o mundo pensava como um mundo muito bloqueado, em que a visão do que seria um país capaz de ter peso era a de um país que fechasse as suas fronteiras e fizesse tudo o que os outros já fizeram por ele mesmo, e não que houvesse uma inter-relação muito maior entre os países. A visão que se tinha naquela época era ainda a da Guerra Fria, a do final da Guerra Fria.

É claro que tivemos que adaptar a nossa Constituição aos novos tempos. E, para adaptá-la, o Congresso aprovou 31 emendas constitucionais. Vocês sabem o que é fazer uma emenda constitucional. É fazer com que a Câmara vote duas vezes um texto, com três quintos de votos favoráveis, 308 votos sobre 500, e o Senado faça a mesma coisa. Com uma diferença – e isso é invenção brasileira: é que depois que se muda, aí a oposição, ou seja, quem perdeu, qualquer que seja a oposição, pede o que se chama destaque para votação em separado. Então, vota-se tudo de novo, um por um. Então, os derrotados no Brasil impõem a regra aos vitoriosos. É assim que se faz a mudança constitucional no Brasil. Mesmo assim introduzimos 31 emendas constitucionais, o que mostra que o Congresso trabalhouativamente para aprovar essas reformas.

Talvez só numa outra época da nossa história tenha havido tantas transformações institucionais, mas foi numa época dura. Foi no Estado Novo, de 37 a 45. Sem democracia. Sem democracia, não é bom. Com democracia leva tempo, mas é mais sólido. E o que se faz não é a imposição da vontade de um governo, é a negociação, que vai resultar num consenso. E, como eu disse aqui, a votação é extremamente difícil. Não é regra, mas não sei nem se é democrática de tanto poder que se dá de veto às minorias, como no nosso Congresso, em matéria de mudança constitucional. E mesmo assim houve essa imensa transformação.

Isso permitiu que houvesse um clima de negociação no Brasil. Negociação é a essência da democracia. Não é negociar debaixo dos panos,

não é negociata. É outra coisa. É argumentar e tentar convencer. E, num certo sentido, às vezes, ceder para poder avançar, porque a democracia supõe exatamente que ninguém tenha o dom de ter, por si só, a vontade geral. Tem que haver, realmente, uma especificação dessas vontades e uma discussão dessas vontades.

Isso fez com que houvesse também uma transformação no relacionamento entre a União, os estados e os municípios. O Brasil é uma Federação que tem uma particularidade, que nós, brasileiros, talvez nem tenhamos consciência dela, que introduzimos na Constituição de 88. É que transformamos os municípios em entes constitucionais. Então, hoje, temos aqui a União, temos 27 estados, incluindo o Distrito Federal, e temos 5.600 – não sei nem quantos são, porque se criaram muitos – municípios. Cada município tem um prefeito eleito, tem uma assembleia e um imposto. Isso tudo tem que ser permanentemente, digamos, coordenado. Se não houver um clima de democracia, ou se algum dos poderes quiser se impor com força sobre o outro, o que acontece é um bloqueio. Não é assim que nós temos governado.

Nós temos governado ouvindo os municípios, ouvindo os estados, sendo de governo ou de oposição. No plano administrativo, isso dá no mesmo. Naturalmente isso custa, às vezes, algumas críticas dos meus próprios partidários, tantas são as vezes que abro espaço para os adversários políticos, mas que não são adversários do povo brasileiro. Foram eleitos pelo povo. Não são adversários do País. São um segmento deste país, que não é exatamente, ou melhor, que não pensa exatamente da mesma maneira que eu, eventualmente, possa pensar. Mas o respeito à opinião do outro e a negociação têm que haver. Então, cria-se um clima fundamental, para que o Brasil possa existir como país respeitado, porque é respeitado por nós próprios, aqui dentro. Esse clima é que permite este tipo de diálogo que temos aqui. Um diálogo em que o Presidente da República conversa, com tranquilidade, com um grupo tão expressivo de empresários, em que ouve as demandas desses empresários, com a maior naturalidade e tranquilidade, desejoso, muitas vezes, de fazê-las, mas nem sempre podendo. Às vezes, não gostando, às vezes, gostando. Mas é esse o processo que permite que exista, realmente, hoje, no Brasil

um clima de liberdade, um clima de respeito, um clima de democracia, um clima de tolerância.

Os mais jovens talvez não vão se lembrar de como foi o Brasil, nem desse Brasil mais recente, do último regime autoritário que tivemos. A liberdade é como o oxigênio: a gente só percebe que ele é indispensável à vida quando falta. Então, quando a liberdade é cotidiana, como é o nosso caso, não se valoriza tanto a liberdade. Mas os que já passamos sem oxigênio, os que já fomos obrigados em ir para o exílio, os que já estivemos presos, os que respondemos a inquéritos sem base, só por perseguição política, sabemos, talvez até com mais empenho, o valor da liberdade. Mesmo os que não tenham passado por isso, mas, pela experiência alheia e de outros países, sabem que esse é o fundamento de todas as coisas da constituição de uma nação.

Hoje, podemos dizer, com tranqüilidade: somos uma das maiores democracias do mundo. Cem milhões de eleitores, que, aliás, votam e no mesmo dia sabem o resultado. Outras são grandes democracias e não conseguem isso. Nós conseguimos. Com modéstia, mas conseguimos. E com respeito. Ninguém vai discutir esse resultado, depois, na Justiça, porque, agora, não pode mais. Está mostrado ali, automaticamente, qual foi o resultado.

Não é fácil criar instituições democráticas, enraizá-las, mantê-las e fazer com que o País nem perceba que vive assim, porque o grau de liberdade é tanto que as pessoas nem se preocupam mais com a questão da democracia e da liberdade, porque é um fato da vida cotidiana. O mesmo vale, portanto, para os sindicatos, para as federações, para quem seja, ou para as manifestações.

Quantas vezes, aqui em Brasília, assisti a manifestações contra mim? Assistí com tranqüilidade. É normal. No regime não democrático, manda-se reprimir. No regime democrático, pergunta-se: "Meu Deus, será que tem alguma coisa que eu deva fazer melhor ou que eu tenha feito errado?"

Quantas vezes o MST veio a Brasília! Houve momentos em que parecia que o Brasil ia virar um grande acampamento do MST. O que o Governo fez? Deu terra a quem precisava. E continua dando terra a

quem precisa. Deu créditos a quem precisa e foi criando um clima que, hoje – está bem – continua a existir. É bom que exista. Mas já todo o mundo sabe que o Governo está fazendo o que nunca ninguém fez: uma reforma agrária, que é a maior do mundo capitalista contemporâneo. Já colocamos na terra quase 600 mil famílias. São 2 milhões de pessoas. Isso é mais do que se fez em toda a história do Brasil. E se fez com liberdade, não reprimindo a manifestação.

Claro que não se pode deixar entrar em prédio público, quebrar prédio. Isso não pode. Claro que não pode estar invadindo fazenda, sem mais essa nem aquela. Isso não pode. Mas a manifestação tem que ser respeitada.

Adveio do Congresso também um sentimento de responsabilidade. Por mais que seja fácil criticar os congressos – e é fácil, porque os congressos não se defendem dessas críticas, nem têm como –, a verdade é que o Congresso atuou bastante também.

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal é uma mudança total. Só para dar a vocês uma sensação do que é isso, quando fui Ministro da Fazenda, em 93, simplesmente ninguém pagava ninguém. Esse “ninguém” era o Governo. Os estados não pagavam. Antes, já tinha sido feita uma negociação, porque os estados não pagavam energia elétrica. O prejuízo que isso causou foi de 22 bilhões de dólares, 22 bilhões de dólares.

Bom, mas não era só isso. Não pagavam a Caixa Econômica. Estavam todos endividados com os bancos privados. A taxa de juros – reclama-se, hoje, dos 18% – era de 8% a 10% ao mês, ao mês, ao mês. Era esta a situação em que se encontrava o País: não havia a noção da responsabilidade fiscal. No final do Governo, então, o gasto era imenso, porque se passava a conta para o outro.

Bem, fomos terminando com isso. A dívida pública aumentou muito. Por que aumentou muito a dívida pública? Por várias razões. Duas, principalmente: a taxa de juros e o que se chama de reconhecimento de esqueletos, quer dizer, dívidas que tinham sido feitas e que ninguém dizia que existiam. Mas existiam.

Só para colocar em ordem as finanças dos estados e municípios, a União teve que assumir dívidas da ordem de 150 bilhões de reais. Na

época, eram dólares, o que equivale, portanto, a muito mais do que a dívida externa da União, que, hoje, é de, mais ou menos, 100 bilhões. Isso só para botar em ordem os estados e municípios, os quais, ao invés de pagar 10% de juros ao mês aos bancos, passaram a pagar à União, em 30 anos de prazo, com subsídios, 7% ao ano, dependendo da faixa em que estivessem.

O Tesouro Nacional teve que arcar com tudo isso. Depois, havia benesses feitas no passado, que ninguém sabe como. Por exemplo: Fundo de Compensação de Variação Salarial, para acertar a conta dos devedores da Caixa Econômica. Quem pagou? Ninguém. Então, o Governo Federal assumiu a dívida.

Outra dívida: FGTS. Acabamos de assumi-la, faz poucos meses. São 40 e tantos bilhões de reais. O que foi isso? Foi um engano de uma medida provisória feita pelos governos passados. Um mês de inflação, em duas vezes, em dois diferentes governos. Os dois erraram, ao fazerm. Aí, as pessoas vão à Justiça e a Justiça diz que elas têm razão. Conta: 42 bilhões de reais. Somando tudo isso, são 200 e tantos bilhões de reais. É claro que, num país que deve tanto, a taxa de juros é alta, porque a taxa de juros que os banqueiros querem é em função do risco que assumem ao emprestarem dinheiro a quem já está devendo tanto.

Então, fomos, pouco a pouco, no Governo Federal, enxugando as dívidas dos estados e municípios e assumindo dívidas não reconhecidas, mas que todo o mundo sabia que existiam, para botar em ordem o País. Isso é o que é estabilização da finança. O Real não foi simplesmente trocar uma moeda. Isso é fácil. Fácil não é, mas dá para fazer. A inspiração de fazer a URV foi muito positiva. Isso tudo foi importante, mas, por trás disso, foi a renegociação das dívidas com os estados, com os municípios, dos esqueletos que se vão pagando, para colocar em ordem o País.

Agora, isso deu uma certa estabilidade à moeda. A moeda varia. Agora caiu o dólar, subiu o Real. Ninguém sabe quanto vai ser o valor da moeda em nenhum lugar do mundo: o Iene sobe e desce, o ouro sobe e desce. A moeda não tem que ser fixa. Quando for fixa, fica como a Argentina com relação ao dólar. Deu no que deu. Tem que haver uma certa flutuação e uma certa variação. A estabilidade não é da moeda, é

da economia. E a estabilidade da economia pressupõe a democracia, a estabilidade das instituições, a capacidade de levar o País pelo convencimento do diálogo, da negociação, e pressupõe uma série de medidas, algumas das quais mencionei aqui, de boa política econômica financeira, com resultados fiscais, para permitir o quê? Para permitir que se vá diminuindo essa dívida. Então, todo ano o Governo é obrigado a baixar uma regra que diz que nós vamos ter que ter 3 ou 4% do produto bruto posto à margem para abater a dívida, senão a dívida vai lá para cima, explode e, aí, explodem os juros mesmo.

Então, a taxa de juros não é decisão do Governo, é da sociedade. Não é o Governo quem diz: “É tanto.” Isso não adianta. Se eu disser que é tanto, não vai ter quem empreste e, aí, vai ser mais do que esse tanto. Ela depende de um conjunto de políticas que permita ir baixando a taxa de juros. Ainda não chegamos a esse ponto de baixá-la ao nível a que tem que baixar. Mas, para poder baixa-la, precisamos estar, o tempo todo, cuidando do conjunto das políticas econômicas, evitando que haja déficit nos estados, nas empresas estatais. Devo dizer que, hoje, todos os estados do Brasil, todos os municípios, todas as empresas estatais têm superávit primário, porque fomos arrochando. É claro que é desagradável arrochar. Melhor seria dizer: “Meu Deus! Vamos baixar já essa taxa de juros. Amanhã eu baixo um decreto.” Só que isso seria irresponsável. Seriam medidas que não iriam durar, porque, em pouco tempo, explodiriam não só a taxa de juros, como a inflação.

Estou dando essas explicações, porque também acho a taxa de juros alta. Todos achamos. E porque acho, não deixo gastar. E porque não deixo gastar, recebo as pressões de deputados, de governadores, de senadores, da sociedade, que, naturalmente, precisam e querem gastar mais. Mas, como a gente tem a compreensão e a responsabilidade global, tem que dizer: “Não pode.” Tem que dizer “não, aqui”. Se eu disse “sim, aqui”, amanhã acontece o desastre. E o desastre está aqui ao nosso lado. Não está longe, não. É só olhar um pouquinho para o sul que se vê o que pode acontecer com um país rico e próspero, se não se tomam as medidas com coragem, com tranquilidade, convencendo, explicando o máximo possível, etc.

Agora, isso tudo não é pelo bem do mercado, do capital, da economia. Ou é para o bem do País, ou não vale o sacrifício. Como é que se traduz isso em bem do País? O que o Governo pode fazer para o bem de um país? Em primeiro lugar, tem que executar políticas públicas adequadas para esse país. Políticas públicas no Brasil, um país cheio de desigualdade, como é o nosso, têm dois níveis: um geral e outro mais específico. No nível geral, nós temos que atender, fundamentalmente à educação, à saúde, ao acesso a terra. Educação, saúde e acesso a terra.

A educação tem que ser universal. Nunca tivemos educação universal no Brasil. Agora, começamos a poder sonhar com ela. O que é que estou querendo dizer com isso? Agora, pela primeira vez, temos 97% das crianças nas escolas, no ensino básico, fundamental. Nós já tínhamos, no começo da década de 90, 93%, de 93 para 94. Só que 75% dos mais pobres não estavam na escola. Nós tínhamos efetivamente uma proporção muito pequena, relativamente, de pobres na escola. Nós tínhamos, na escola, 75%. Vinte e cinco por cento das camadas mais pobres não tinham seus filhos na escola. Hoje, elas estão na escola. Por isso subiu para 97%.

Muitas vezes se vê com mais clareza isso, quando se olha a questão dos negros. Havia 79% na escola. Brancos eram 93, negros 79. Agora, os negros são 93, os pobres são 93, a média, 97, porque filho de rico está na escola. Então, por isso ainda são 97%, faltam 3%.

Mas isso é um avanço fundamental, porque, pela primeira vez, podemos dizer que, em poucos anos, vai acabar o analfabetismo no Brasil, porque estão todos na escola e porque há programas de combate ao analfabetismo. Mas o importante é que estão na escola.

Isso é fundamental para a democracia e para o mercado de trabalho. Isso é fundamental para dar uma chance para as pessoas serem mais iguais, para diminuir esse grau de desigualdade tão elevado que temos, aqui.

É claro que isso tudo significa, também, que é preciso melhorar o nível de ensino. Tem melhorado. Não quero cansá-los com números, mas, por exemplo, no ensino médio, nestes sete anos, aumentou em 102% o número de pessoas que completou o ensino médio. Então, não foi só o ensino primário.

Bem, eu poderia dar dados sobre educação, sobre a questão da ciência e tecnologia. Dou sempre um dado de que gosto: no Brasil, hoje, estamos produzindo 6 mil doutores por ano, PhDs. Isso é a mesma coisa que a Itália, é a mesma coisa que a Coréia do Sul, a mesma coisa que o Canadá. Seis mil doutores estão se formando, todo ano, no Brasil. A quantidade de bolsas é muito grande.

Enfim, esse equilíbrio econômico-financeiro, essa política de restrição, apesar das – já dei as razões – taxas de juros elevadas, não impediu de o Governo ter uma política social ativa.

Saúde, é outra questão. Tem que se universalizar aquilo que a Constituição diz, mas que nunca tinha sido feito, que é, em saúde, realmente dar acesso gratuito a toda a população brasileira. Não sei se dá a toda, mas o que sei é o seguinte: nós tínhamos menos de 30 mil agentes comunitários de saúde. Hoje, temos quase 160 mil. Isso, em cinco anos.

Quer dizer, agente comunitário de saúde, nas zonas mais pobres do País, é aquela pessoa que vai à casa do pobre, para saber como é que está a saúde, como é que está a alimentação, para dar alguns conselhos. Só que, hoje, estamos organizados. Temos os médicos de família, mais de 20 mil, 25 mil médicos de família, equipes de médicos de família, que dão cobertura a 90 milhões de pessoas das áreas mais pobres do Brasil.

Aqui, temos muita gente do Nordeste, inclusive o nosso comandante, que é alagoano, como o Senador, como o Sérgio também. Fico até com medo, porque também sou um pouco. Bom, então, lá, no interior de Alagoas, você vai notar isso. No interior do Piauí, você vai notar isso.

Quando você for aonde o País é pobre mesmo, vai ver que as pessoas não têm nem, como eu disse, outro dia, a voz rouca das ruas, porque o pobre, na cidade, tem a voz rouca das ruas, ele protesta. O pobre, no campo, o pobre perdido nesses fundões do Brasil, nesses bolsões de miséria não tem nem a voz rouca das ruas, não tem nada. Lá nós começamos a atuar, para melhorar as condições de saúde.

E, claro, a mortalidade infantil caiu, como consequência. E, pelos últimos dados, caiu mais do que imaginávamos. Devemos estar, já, na média, entre 28 e 30 mortos por mil nascidos vivos, o que é alto ainda. Temos que cortar isso pela metade ainda, mas vai levar algum tempo.